

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	11
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	13
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	13
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA.....	14
6. CONSUMIDORES, REVENDADORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	15
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	15
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	18
10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	18
11. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	18
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	19
13. INTANGÍVEL	20
14. FORNECEDORES	21
15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	21
16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	22
17. ENCARGOS REGULATÓRIOS	24
18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	25
19. PROVISÕES.....	25
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
21. RECEITA.....	31
22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	33
23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	37
24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	38
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	39
26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	48
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO	50
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES.....	65
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	67

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	535.070	685.969
Títulos e Valores Mobiliários	5	416.936	79.642
Consumidores e Revendedores	6	1.391.497	1.216.412
Concessionários – Transporte de Energia	6	218.409	221.977
Tributos Compensáveis	7	136.522	287.284
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8a	75.658	156.443
Estoques		32.174	32.140
Contribuição de Iluminação Pública		88.043	70.475
Reembolso Subsídios Tarifários	10	283.838	136.026
Subvenção Baixa Renda		31.403	26.886
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	11	274.349	38.587
Outros		191.969	196.733
TOTAL DO CIRCULANTE		3.675.868	3.148.574
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	5	15.381	8.008
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	1.014.521	897.686
Tributos Compensáveis	7	322.190	334.849
Depósitos Vinculados a Litígios	9	881.693	853.961
Consumidores e Revendedores	6	170.831	180.307
Concessionários – Transporte de Energia	6	7.224	8.288
Outros Créditos		49.660	81.563
Ativos Financeiros da Concessão de Distribuição	12	5.435.680	5.063.802
Intangíveis	13	1.657.847	1.920.898
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.555.027	9.349.362
ATIVO TOTAL		13.230.895	12.497.936

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	1.926.998	585.601
Debêntures	16	71.984	545.767
Fornecedores	14	1.194.008	853.825
Impostos, Taxas e Contribuições	15	356.088	331.217
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		-	245.127
Salários e Encargos Sociais		121.571	129.469
Encargos Regulatórios	17	96.196	125.534
Participações nos Lucros		92.065	81.776
Obrigações Pós-Emprego	18	105.159	99.022
Contribuição de Iluminação Pública		157.063	127.576
Outras		134.188	175.091
TOTAL DO CIRCULANTE		4.255.320	3.300.005
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	16	1.038.048	1.335.223
Debêntures	16	2.892.708	2.781.328
Provisões	19	166.276	181.705
Obrigações Pós-Emprego	18	1.713.777	1.669.146
Impostos, Taxas e Contribuições	15	564.810	598.215
Encargos Regulatórios	17	146.804	109.944
Outras		27.189	29.512
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.549.612	6.705.073
TOTAL DO PASSIVO		10.804.932	10.005.078
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	20	2.261.998	2.261.998
Reservas de Lucros		427.805	427.805
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(196.945)	(196.945)
Prejuízos Acumulados		(66.895)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.425.963	2.492.858
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.230.895	12.497.936

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	30/06/2014	30/06/2013
RECEITA	21	4.840.189	4.544.307
CUSTOS OPERACIONAIS	22		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.761.716)	(1.821.928)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(258.837)	(171.988)
		<u>(3.020.553)</u>	<u>(1.993.916)</u>
CUSTOS	22		
Pessoal e Administradores		(350.551)	(316.386)
Materiais		(19.654)	(15.003)
Serviços de Terceiros		(277.204)	(256.689)
Amortização		(201.457)	(183.671)
Provisões Operacionais		4.108	(39.942)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(324.149)	(421.826)
Outras		(69.722)	(29.694)
		<u>(1.238.629)</u>	<u>(1.263.211)</u>
CUSTO TOTAL	22	(4.259.182)	(3.257.127)
LUCRO BRUTO		581.007	1.287.180
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(47.861)	(33.481)
Despesas Gerais e Administrativas		(179.337)	(362.459)
Outras Despesas Operacionais		(223.345)	(132.161)
		<u>(450.543)</u>	<u>(528.101)</u>
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		130.464	759.079
Receitas Financeiras	23	160.849	145.764
Despesas Financeiras	23	(381.100)	(310.566)
Resultado Antes dos Impostos		(89.787)	594.277
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	(93.943)	(124.683)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	116.835	(77.414)
RESULTADO DO PERÍODO		(66.895)	392.180
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por ação ordinária		(0,0296)	0,1734

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13
RECEITA	21	2.597.249	2.286.445
CUSTOS OPERACIONAIS	22		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.461.936)	(1.038.927)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(124.951)	(85.347)
		(1.586.887)	(1.124.274)
CUSTOS	22		
Pessoal e Administradores		(185.724)	(158.241)
Materiais		(13.098)	(8.110)
Serviços de Terceiros		(154.884)	(134.281)
Amortização		(108.496)	(90.408)
Provisões Operacionais		(10.390)	(39.402)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição		(188.628)	(235.118)
Outras		(47.069)	(6.755)
		(708.289)	(672.315)
CUSTO TOTAL	22	(2.295.176)	(1.796.589)
LUCRO BRUTO		302.073	489.856
DESPESA OPERACIONAL	22		
Despesas com Vendas		(20.556)	(12.540)
Despesas Gerais e Administrativas		(57.655)	(136.429)
Outras Despesas Operacionais		(113.226)	(55.364)
		(191.437)	(204.333)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		110.636	285.523
Receitas Financeiras	23	(17.667)	82.464
Despesas Financeiras	23	(187.216)	(163.150)
Resultado Antes dos Impostos		(94.247)	204.837
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8	(53.737)	(81.901)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	82.869	15.166
RESULTADO DO PERÍODO		(65.115)	138.102
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico e Diluído por ação ordinária		(0,0287)	0,0611

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais)

	30/06/2014	30/06/2013
RESULTADO DO PERÍODO	(66.895)	392.180
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(66.895)	392.180

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais)

	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13
RESULTADO DO PERÍODO	(65.115)	138.102
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(65.115)	138.102

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.261.998	201.151	(269.370)	-	2.193.779
Resultado do Período				392.180	392.180
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	392.180	392.180
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	2.261.998	201.151	(269.370)	392.180	2.585.959
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.261.998	427.805	(196.945)	-	2.492.858
Resultado do Período	-	-	-	(66.895)	(66.895)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	-	-	-	(66.895)	(66.895)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	2.261.998	427.805	(196.945)	(66.895)	2.425.963

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	30/06/2014	30/06/2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	(66.895)	392.180
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Obrigações Pós-Emprego	118.361	98.429
Amortização	210.387	213.116
Provisões para Perdas Operacionais	43.752	73.423
Baixas Líquidas de Ativos Financeiros da Concessão e Intangível	3.466	6.999
Juros e Variações Monetárias	334.547	256.255
Imposto de Renda e Contribuição Social	(22.892)	202.097
Outros	-	2.801
	<u>620.726</u>	<u>1.245.300</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(213.470)	150.906
Concessionários – Transporte de Energia	4.632	65.584
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(383.574)	(102.904)
Tributos Compensáveis	163.421	(384)
Imposto de Renda e Contribuição Social	80.785	32.085
Depósitos Vinculados a Litígios	(27.732)	(12.081)
Subvenção Baixa Renda	(4.517)	21.700
Ganhos Líquidos com Instrumentos Financeiros	-	21.450
Outros	17.736	89.853
	<u>(362.719)</u>	<u>266.209</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	340.183	(250.003)
Tributos e Contribuição Social	(8.534)	(33.064)
IR e CSLL a pagar	(41.812)	(19.034)
Salários e Encargos Sociais	(7.898)	(6.036)
Encargos Regulatórios	7.522	(119.909)
Obrigações Pós-Emprego	(67.593)	(62.364)
Outros	(14.770)	(64.697)
	<u>207.098</u>	<u>(555.107)</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	465.105	956.402
Juros Pagos	(290.251)	(388.910)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(52.131)	(105.649)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>122.723</u>	<u>461.843</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(344.667)	(420.302)
Em Fundos Vinculados	1.471	31.162
Em Intangível	(324.149)	(421.826)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(667.345)</u>	<u>(810.966)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.210.000	2.370.207
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(571.150)	(1.600.240)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(245.127)	-
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>393.723</u>	<u>769.967</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(150.899)	420.844
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	685.969	190.233
No fim do período	<u>535.070</u>	<u>611.077</u>
	(150.899)	420.844

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

	30/06/2014		30/06/2013	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	6.429.476		5.927.142	
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição	324.149		421.826	
Outras Receitas	13.300		2.093	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(47.861)		(33.481)	
	<u>6.719.064</u>		<u>6.317.580</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.037.495)		(1.987.348)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(286.166)		(192.250)	
Serviços de Terceiros	(479.502)		(563.989)	
Materiais	(159.800)		(193.769)	
Outros Custos Operacionais	(61.540)		(72.100)	
	<u>(4.024.503)</u>		<u>(3.009.456)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>2.694.561</u>		<u>3.308.124</u>	
RETENÇÕES				
Amortização	(210.387)		(213.116)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>2.484.174</u>		<u>3.095.008</u>	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	160.849		145.764	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>2.645.023</u>		<u>3.240.772</u>	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	556.934	21,06	551.129	17,01
Remuneração Direta	373.693	14,13	308.478	9,52
Benefícios	159.717	6,04	133.982	4,13
FGTS	23.424	0,89	21.619	0,67
Outros	100	-	87.050	2,69
Impostos, Taxas e Contribuições	1.711.117	64,69	1.927.918	59,49
Federais	471.961	17,84	775.385	23,93
Estaduais	1.236.358	46,74	1.150.397	35,50
Municipais	2.798	0,11	2.136	0,06
Remuneração de Capitais de Terceiros	443.867	16,78	369.545	11,40
Juros	404.871	15,31	332.747	10,27
Aluguéis	38.996	1,47	36.798	1,13
Remuneração de Capital Próprio	(66.895)	(2,53)	392.180	12,10
Lucros (Prejuízos) Retidos	(66.895)	(2,53)	392.180	12,10
	<u>2.645.023</u>	<u>100,00</u>	<u>3.240.772</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 7.901.103 consumidores em 30 de junho de 2014 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Em 30 de junho de 2014, o Passivo Circulante da Companhia excedeu o Ativo Circulante em R\$579.452. Esse excesso foi decorrente, principalmente, da maior saída de caixa para pagamento das obrigações com compra de energia, devido ao aumento do preço médio em função do maior despacho de usinas térmicas, e da captação de empréstimo, a curto prazo, no montante de R\$1.210.000. Vide Nota Explicativa Nº 16.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades, dentre as quais destacamos as renegociações de financiamentos ou novas captações no mercado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como a apresentação dessas informações está condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias (ITR).

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2014, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas em 30 de abril de 2014.

Em 11 de agosto de 2014, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas Informações Contábeis Intermediárias.

Correlação entre notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Informações Contábeis Intermediárias

A correlação entre as notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas de 31 de dezembro de 2013 e as Informações Contábeis Intermediárias de 30 de junho de 2014, é conforme a seguir:

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2013	30/06/2014	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
4	3	Informações por Segmentos Operacionais
5	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira
7	6	Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
10	9	Depósitos Vinculados a Litígios
11	10	Reembolsos Subsidiários Tarifários
12	11	Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)
13	12	Ativos Financeiros da Concessão
14	13	Intangível
15	14	Fornecedores
16	15	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
17	16	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
18	17	Encargos Regulatórios
19	18	Obrigações Pós-Emprego
20	19	Provisões
21	20	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
22	21	Receita
23	22	Custos e Despesas Operacionais
24	23	Resultado Financeiro Líquido
25	24	Transações com Partes Relacionadas
26	25	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
27	26	Mensuração Pelo Valor Justo
31	27	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2013 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias (ITR), pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis ao contexto das informações trimestrais, são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
3	Das Concessões e os efeitos da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 (convertida na lei nº 12.783 sancionada em 11 de janeiro de 2013)
28	Seguros
29	Obrigações Contratuais
30	Reajuste Tarifário Anual e Revisão Tarifária da Companhia

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao seu desempenho, no trimestre e acumulado no período de seis meses findos em 30 de junho de 2014, estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação do Ofício Circular SNC/SEP 003/2011 emitido pela CVM.

Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2014

IFRIC 21 - Taxações – Orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

IAS 36 – Impairment de ativos– adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros.

IAS 39 – adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “hedge accounting” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. A Administração não identificou impactos decorrentes desta nova norma.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 – As alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

A Companhia analisou os impactos dessas alterações nas suas demonstrações financeiras, e não foi identificado nenhum impacto relevante sobre estas informações financeiras intermediárias.

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2014	31/12/2013
Contas Bancárias	61.041	56.289
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	422.309	609.436
Overnight	51.720	20.244
	474.029	629.680
	535.070	685.969

As Aplicações Financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 70% a 103,8% conforme operação.

Como forma de gestão eficiente do fluxo de caixa das empresas investidoras dos Fundos da Companhia é utilizada a prerrogativa de parte do patrimônio desses Fundos ficar alocada em operações de “Overnight” que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 25 das Informações Intermediárias.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado, na contratação.

	30/06/2014	31/12/2013
Certificados de depósitos bancários	132.130	13.579
Letras Financeiras – Bancos	188.054	52.733
Letras Financeiras do Tesouro	44.115	3.358
Debêntures	58.876	15.142
Outros	9.142	2.838
	432.317	87.650
Ativo Circulante	416.936	79.642
Ativo Não Circulante	15.381	8.008

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/06/2014	31/12/2013
Residencial	531.809	237.577	170.856	940.242	822.346
Industrial	213.000	36.580	136.984	386.564	381.979
Comércio, Serviços e Outras	280.942	61.465	93.022	435.429	407.101
Rural	99.230	26.992	26.632	152.854	120.451
Poder Público	73.953	14.327	4.109	92.389	90.338
Iluminação Pública	28.149	1.061	15.570	44.780	43.666
Serviço Público	39.954	2.137	20.005	62.096	68.780
Subtotal – Consumidores	1.267.037	380.139	467.178	2.114.354	1.934.661
Suprimento a Outras Concessionárias					18
Concessionários – Transporte de Energia	68.493	4.392	152.748	225.633	230.265
Suprimento – Energia de Curto Prazo	-	-	879	879	979
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa			(552.905)	(552.905)	(538.939)
	1.335.530	384.531	67.900	1.787.961	1.626.984
Ativo Circulante				1.609.906	1.438.389
Ativo Não Circulante				178.055	188.595

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/06/2014	31/12/2013
Residencial	160.982	148.819
Industrial	263.683	265.363
Comércio, Serviços e Outras	82.313	77.937
Rural	16.255	16.488
Poder Público	9.834	10.070
Iluminação Pública	9.857	10.139
Serviço Público	9.981	10.123
	552.905	538.939

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	31/12/2013	Constituições	Baixas	30/06/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	538.939	47.861	(33.895)	552.905

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	30/06/2014	31/12/2013
Circulante		
ICMS a Recuperar	85.106	82.076
COFINS	40.357	175.778
PIS-PASEP	8.762	27.300
Outros	2.297	2.130
	136.522	287.284
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	216.233	214.084
COFINS	87.108	99.266
PIS-PASEP	18.849	21.499
	322.190	334.849
	458.712	622.133

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2014 que serão compensadas com Tributos a Pagar apurados para o ano de 2014, registrados na rubrica de Impostos de Renda e Contribuição Social no Passivo Circulante.

	30/06/2014	31/12/2013
Circulante		
Imposto de Renda	53.077	111.920
Contribuição Social	22.581	44.523
	75.658	156.443

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

Diferenças Temporárias de IRPJ/CSLL	30/06/2014	31/12/2013
Ativos Fiscais Diferidos		
Obrigações Pós-Emprego	418.624	402.616
Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) (1)	213.263	105.561
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	195.848	191.100
Tributos com Exigibilidade Suspensa (2)	153.155	153.155
Provisões	56.534	61.780
Taxa de Administração (1)	8.399	8.586
Outros	24.243	20.664
	1.070.066	943.462
Passivos Fiscais Diferidos		
Atualização do Ativo Financeiro	(1.206)	(1.658)
Encargos Capitalizados (1)	(51.901)	(40.906)
Custo de Captação (1)	(2.438)	(3.212)
	(55.545)	(45.776)
Total do Ativo Apresentado no Balanço Patrimonial	1.014.521	897.686

(1) Ajuste decorrente da Lei 11.638/2007 – Regime Tributário de Transição (RTT), em função da adoção das normas IFRS;

(2) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS.

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	897.686
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	116.835
Saldo em 30 de junho de 2014	1.014.521

Os saldos passivos do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/06/2014	30/06/2013
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(89.787)	594.277
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	30.528	(202.054)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	1.772	4.017
Contribuições e Doações Indedutíveis	(685)	(1.066)
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(878)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	165	2.871
Multas Indedutíveis	(2.812)	(4.988)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(6.061)	-
Outros	(15)	1
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	22.892	(202.097)
Alíquota Efetiva	25,50%	34,01%
Corrente	(93.943)	(124.683)
Diferido	116.835	(77.414)

	Abr a Jun/2014	Abr a Jun/2013
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(94.247)	204.837
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	32.044	(69.644)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	1.018	2.613
Contribuições e Doações Indedutíveis	(333)	(746)
Acerto DIPJ ano anterior, Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	168	2.521
Multas Indedutíveis	(867)	(1.483)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(2.887)	-
Outros	(11)	4
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	29.132	(66.735)
Alíquota Efetiva	30,91%	32,58%
Corrente	(53.737)	(81.901)
Diferido	82.869	15.166

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 09 das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2013, a Medida Provisória nº 627, convertida na Lei 12.973/14 em 14 de maio de 2014, tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o Regime Tributário de Transição (RTT) no ano calendário 2015.

Os principais pontos de atenção considerados pela Companhia, no que se refere aos seus procedimentos, estão sendo objeto de estudo específico, bem como a conclusão sobre a opção pela adoção antecipada das novas regras em 2014. Não obstante, a Administração, com base nesta faculdade prevista na MP, não prevê, neste momento, efeitos retroativos significativos nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia.

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	30/06/2014	31/12/2013
Trabalhista	230.883	209.667
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS-PASEP/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	5.556	5.204
	<u>623.878</u>	<u>623.526</u>
Outros		
Regulatório	15.267	8.781
Cível	1.972	2.366
Relações de Consumo	2.399	2.525
Bloqueio Judicial	5.551	5.805
Outros	1.743	1.291
	<u>26.932</u>	<u>20.768</u>
	<u>881.693</u>	<u>853.961</u>

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PIS-PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições – Não Circulante. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 15 destas Informações Contábeis Intermediárias.

10. REEMBOLSO SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Estes repasses foram reconhecidos nestas Informações Contábeis Intermediárias, em 30 de junho de 2014, como receitas de subsídios, em contrapartida ao ativo circulante, no montante de R\$283.838.

11. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüentemente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945/13, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

Em 07 de março de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, de forma a incluir a neutralização da exposição involuntária das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo, para a competência de janeiro de 2014, decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013.

Adicionalmente, em 2 de abril de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.221/2014 garantindo o direito das distribuidoras de reembolso dos custos extraordinários provenientes de energia termoeletrica através de contratos por disponibilidade além daquelas adquiridas no mercado de curto prazo para o período de fevereiro até dezembro de 2014.

O decreto define que caberá à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a CONTA-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Ainda o mesmo decreto determina que a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologará, mensalmente, os valores a serem pagos pela CONTA-ACR a cada Concessionária de Distribuição, mediante a utilização dos recursos de que trata o Decreto nº 8.221/14, considerando a cobertura tarifária vigente.

Define também que deverá ser mantido na CONTA-ACR saldo suficiente para assegurar o fluxo de pagamentos das operações de crédito a ser contratado pela CCEE, podendo este saldo ser dado em garantia em favor dos credores destas operações, inclusive por meio de cessão fiduciária.

Estes repasses de CDE referentes ao período de janeiro a junho de 2014 foram reconhecidos nestas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, em 30 de junho de 2014, como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada, de acordo com o CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais, no montante de R\$1.469.685, dos quais foram recebidos R\$1.195.336 no primeiro semestre de 2014. A diferença, no valor de R\$275.349, correspondente aos meses de maio e junho de 2014, tem a previsão de recebimento para o mês de agosto de 2014.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Segue abaixo a mutação do ativo financeiro da concessão:

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Atualização Financeira Líquida	Saldo em 30/06/2014
Ativos Financeiros da Concessão	5.063.802	376.237	(3.032)	(1.327)	5.435.680

Em 25 de março de 2014, o Diretor Geral da ANEEL, no uso de suas atribuições, através do Despacho do Diretor-Geral nº 729, reconheceu parcialmente o pedido de reconsideração da Companhia no Recurso Administrativo interposto pela Cemig-D contra o Despacho nº 689/2013, aprovando novo valor para a Base de Remuneração Regulatória - BRR da Concessionária, cujo valor passou a ser de R\$5.849.143, representando um acréscimo de R\$337.375.

A Companhia analisou o resultado do julgamento e as eventuais possibilidades adicionais de questionamento. Após análises internas detalhadas e considerando as expectativas de sucesso em eventual recurso junto à Agência Reguladora ou em esfera judicial, decidiu por ajustar, no segundo trimestre de 2014, a Base de Remuneração Regulatória aprovada pela ANEEL, conforme mencionado no parágrafo anterior, cujo efeito foi uma reversão de atualização do ativo financeiro da concessão, no montante de R\$110.398, reconhecido em contrapartida do resultado financeiro.

13. INTANGÍVEL

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição.

a) Composição de saldo em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013

	30/06/2014			31/12/2013		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Residual
Ativos da Concessão Líquidos	6.641.115	(5.951.805)	689.310	6.608.618	(5.754.072)	854.546
Intangível em Curso	968.537	-	968.537	1.066.352	-	1.066.352
Total Intangível	7.609.652	(5.951.805)	1.657.847	7.674.970	(5.754.072)	1.920.898

b) Mutações do Ativo Intangível em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo em 30/06/2014
Intangível	1.920.898	324.149	(376.237)	(434)	(210.529)	1.657.847

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	30/06/2014	30/06/2013
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	226.684	190.544
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(34.929)	(22.181)
Efeito Líquido no Resultado	191.755	168.363

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

14. FORNECEDORES

	30/06/2014	31/12/2013
Energia de curto prazo - CCEE	480.983	73.724
Encargos de uso da rede elétrica	48.276	45.984
Energia elétrica comprada para revenda	347.940	348.782
Itaipu binacional	132.880	179.924
Materiais e serviços	183.929	211.448
	1.194.008	859.862
Circulante	1.194.008	853.825
Não Circulante (*)	-	6.037

(*) Apresentado no Balanço Patrimonial como outros passivos não circulantes

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até fato gerador de Julho/2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por fazer os recolhimentos mensalmente dos impostos.

	30/06/2014	31/12/2013
Circulante		
ICMS	283.255	255.844
COFINS	38.968	35.018
PIS-PASEP	8.461	7.603
INSS	11.953	15.286
ISSQN	5.438	6.277
Outros	8.013	11.189
	356.088	331.217
Não Circulante		
COFINS	464.060	491.506
PIS-PASEP	100.750	106.709
	564.810	598.215
	920.898	929.432

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/06/2014						31/12/2013
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	862	22.188	23.050	32.345
KFW	2016	4,5	EUR	1.988	2.983	4.971	6.384
Dívida em Moeda Estrangeira				2.850	25.171	28.021	38.729
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	101.925	-	101.925	101.744
Banco do Brasil S.A.	2015	108,5% do CDI*	R\$	205.003	-	205.003	384.045
Banco do Brasil S.A.	2015	99,5% do CDI	R\$	224.132	-	224.132	212.469
Banco do Brasil S.A.	2016	104,25 do CDI	R\$	-	667.331	667.331	634.428
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33 % do CDI	R\$	67.865	131.890	199.755	208.611
Nota Promissória 7ª Emissão	2015	105% do CDI UFIR + 6.00 a	R\$	1.238.776	-	1.238.776	-
ELETRONBRÁS	2023	8,00	R\$	81.962	211.177	293.139	334.090
Grandes Consumidores (3)	2018	Diversas	R\$	4.485	2.479	6.964	6.708
Dívida em Moeda Nacional				1.924.148	1.012.877	2.937.025	1.882.095
Total de Empréstimos e Financiamentos				1.926.998	1.038.048	2.965.046	1.920.824
Debêntures 1ª série 3ª Emissão (2)	2018	CDI + 0,69	R\$	16.075	410.369	426.444	442.272
Debêntures 2ª Série 3ª Emissão (2)	2021	IPCA + 4,7	R\$	19.421	1.189.715	1.209.136	1.188.288
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (2)	2025	IPCA + 5,1	R\$	12.629	709.758	722.387	711.380
Debêntures 2ª Emissão (2)	2017	IPCA + 7,96	R\$	23.859	582.866	606.725	560.983
Debêntures 1ª Emissão (2)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	-	-	-	424.172
Total de Debêntures				71.984	2.892.708	2.964.692	3.327.095
Total Geral Consolidado				1.998.982	3.930.756	5.929.738	5.247.919

(1) As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88% ao ano.

(2) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(3) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das seguintes empresas: CMM: IGPDI+ 6%; Mineradora Serra da Fortaleza: IGPDI+ 6%; MANNESMANN: TR+9%.

*O circulante compõe-se de Juros provisionados no período e Custo de captação a serem apropriados no resultado em 12 meses.

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	862	-	-	-	-	-	-	22.188	23.050
Euro	994	1.989	1.988	-	-	-	-	-	4.971
Total por Moedas	1.856	1.989	1.988	-	-	-	-	22.188	28.021
Indexadores									
IPCA (1)	56.104	193.895	193.894	193.894	-	392.342	392.736	1.115.383	2.538.248
UFIR/RGR (2)	41.158	67.587	49.943	40.370	35.172	23.562	20.465	14.882	293.139
CDI (3)	177.790	1.675.616	733.070	66.189	410.701	-	-	-	3.063.366
TR (4)	1.607	-	-	385	96	-	-	-	2.088
IGP-DI (5)	2.385	587	712	712	480	-	-	-	4.876
Total por Indexadores	279.044	1.937.685	977.618	301.550	446.449	415.904	413.201	1.130.265	5.901.17
Total Geral	280.900	1.939.674	979.607	301.550	446.449	415.904	413.201	1.152.453	5.929.738

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

(2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);

(3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);

(4) Taxa Referencial (TR);

(5) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda - variação %	30/06/2014	30/06/2013	Indexador - variação %	30/06/2014	30/06/2013
Dólar Norte-Americano	(5,98)	8,42	IGP-M	2,45	1,74
Euro	(6,56)	6,95	CDI	4,97	3,46
			IPCA	3,75	3,15

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos e Debentures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.247.919
Empréstimos Obtidos	1.210.000
Variação Monetária e Cambial	106.538
Encargos Financeiros Provisionados	226.682
Encargos Financeiros Pagos	(290.251)
Amortização de Financiamentos	(571.150)
Saldo em 30 de junho de 2014	5.929.738

Foram transferidos R\$297.840 para o curto prazo em 2014 em decorrência do fluxo de pagamentos dos contratos vigentes.

A captação de recursos em 2014 foi como segue:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Nota Promissória – 7ª Emissão	2015	105,00 do CDI	1.210.000
Total de Captações			1.210.000

Em abril de 2014, a Companhia concluiu a 7ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, distribuída com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 121 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000 na data de emissão, qual seja, 8 de abril de 2014, totalizando R\$1.210.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados ao pagamento de dívidas e à realização de investimentos em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura da distribuição de energia elétrica da Companhia. As notas promissórias têm prazo de 360 dias a contar da data de emissão, vencendo em 03 de abril de 2015, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 105% do CDI. Os juros remuneratórios serão pagos no vencimento juntamente com a amortização. A 7ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Cemig D conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em 04 de abril de 2014, a Companhia prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$200 milhões, contratadas com o Banco do Brasil. A data de vencimento era 04 de abril de 2014, a qual foi prorrogada para 04 de abril de 2015. O empréstimo aufere juros de 108,5% do CDI ao ano.

Garantias

Em 30 de junho de 2014, os Empréstimos e Financiamentos são garantidos da seguinte forma:

	Valores em Reais
Notas Promissórias e Aval	4.161.711
Recebíveis	1.154.338
Sem Garantia	613.689
TOTAL	5.929.738

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

As Debêntures de emissão da Cemig Distribuição, em 30 de junho de 2014, possuem as seguintes características:

	Forma e Classe	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	COVENANTS	Saldo em 30/06/2014	Saldo em 31/12/2013
CEMIG D (1)(2) 1ª Série 3ª Emissão	Simples não Conversíveis	Fiança	CDI + 0,69	Não há	426.444	442.272
CEMIG D (1)(2) 2ª Série 3ª Emissão	Simples não Conversíveis	Fiança	IPCA + 4,7	Não há	1.209.136	1.188.288
CEMIG D (1 (2)) 3ª Série 3ª Emissão	Simples não Conversíveis	Fiança	IPCA + 5,1	Não há	722.387	711.380
CEMIG D (1)(2) 2ª Emissão	Simples não Conversíveis	Não há	IPCA + 7,96	Não há	606.725	560.983
CEMIG D (1)(2) 1ª Emissão	Simples não Conversíveis	Quirografária	IGP-M + 10,5	Não há	-	424.172
TOTAL					2.964.692	3.327.095

(1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria;

(2) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (*cross default*);

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia não possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”).

17. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/06/2014	31/12/2013
Eficiência Energética	128.753	123.420
Pesquisa e Desenvolvimento	33.322	37.815
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	17.405	10.126
Reserva Global de Reversão – RGR	30.258	30.259
Encargos de Capacidade Emergencial	31.018	31.018
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.037	1.633
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
	243.000	235.478
Passivo Circulante	96.196	125.534
Passivo Não Circulante	146.804	109.944

18. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	585.207	737.236	20.848	424.877	1.768.168
Despesa (Receita) reconhecida no resultado	42.015	47.874	1.355	27.118	118.361
Contribuições Pagas	(38.330)	(24.068)	(747)	(4.448)	(67.593)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2014	588.892	761.042	21.456	447.547	1.818.936
Passivo Circulante 30 de junho de 2014					105.159
Passivo Não Circulante 30 de junho de 2014					1.713.777

Os valores registrados, no Circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig D, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

19. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2014
Trabalhistas	99.201	6.682	(1.826)	(3.706)	100.351
Cíveis					
Relações de Consumo	22.628	4.311	(2.535)	(4.474)	19.930
Outras Ações Cíveis	16.272	6.129	-	(2.419)	19.982
	38.900	10.440	(2.535)	(6.893)	39.912
Tributárias	5.491	4.119	-	(555)	9.055
Ambientais	42	5	-	-	47
Regulatórias	29.832	509	(19.560)	(124)	10.657
Outras	8.239	48	(1.991)	(42)	6.254
Total	181.705	21.803	(25.912)	(11.320)	166.276

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por nossos empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$454.922 (R\$375.612 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$100.351 foram provisionados (R\$99.201 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de acidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$48.963 (R\$48.850 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$19.930 foram provisionados (R\$22.628 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$131.852 (R\$112.568 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$19.982 (R\$16.272 em 31 de dezembro de 2013) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e ao Programa de Integração Social (PIS-PASEP) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$15.726 (R\$12.922 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$9.055 foram provisionados (R\$5.491 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$90.491 (R\$99.246 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$10.657 foram provisionados (R\$29.832 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$99.663 (R\$52.241 em 31 de dezembro de 2013), dos quais R\$6.254 foram provisionados (R\$8.239 em 31 de dezembro de 2013), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$87.268, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$163.725 (R\$156.745 em 31 de dezembro de 2013).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$591.658 (R\$556.525 em 31 de dezembro de 2013). A companhia classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$76.888 (R\$140.838 em 31 de dezembro de 2013) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter adicionado ou ter deduzido, indevidamente, da base de cálculo da CSLL os valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$59.200. A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter argumento de mérito na defesa do referido auto.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$20.675 (R\$17.025 em 31 de dezembro de 2013).

Adicionalmente, a Companhia é parte em diversos processos judiciais com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.369.285 (R\$1.273.863 em 31 de dezembro de 2013), para os quais a Controladora da Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto. Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia poderá ser impactada.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$179.966 (R\$142.496 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$212.786 (R\$177.562 em 31 de dezembro de 2013).

Outros Passivos Contingentes

Quebra de Contrato – Programa Luz Para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$170.727 (R\$155.150 em 31 de dezembro de 2013) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2014, o Capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, representado, em 2014 e 2013, por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

Lucro / prejuízo por ação

O Lucro (prejuízo) por ação foi calculado com base no número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/06/2014	30/06/2013
Quantidade de Ações	2.261.998	2.261.998
Resultado do Período	(66.895)	392.180
Lucro Líquido (Prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária (em R\$)	(0,03)	0,17

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

21. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	30/06/2014	30/06/2013
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	5.473.840	4.822.919
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	422.470	591.923
Transações com Energia na CCEE	-	184.438
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (c)	324.149	421.826
Outras Receitas Operacionais (d)	533.166	327.862
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (e)	(1.913.436)	(1.804.661)
	4.840.189	4.544.307

	Abr a Jun/2014	Abr a Jun/2013
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	2.907.935	2.434.883
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	217.301	229.859
Transações com Energia na CCEE	-	67.419
Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição (c)	188.628	235.118
Outras Receitas Operacionais (d)	290.805	185.069
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (e)	(1.007.420)	(865.903)
	2.597.249	2.286.445

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Residencial	5.027.320	4.695.961	2.508.267	2.280.682
Industrial	2.003.123	1.970.290	709.418	646.345
Comércio, Serviços e Outros	3.056.427	2.859.289	1.307.821	1.144.412
Rural	1.588.699	1.335.075	413.196	344.270
Poder Público	444.934	426.126	181.219	163.459
Iluminação Pública	643.068	629.969	168.190	155.078
Serviço Público	607.903	609.795	176.405	159.140
Subtotal	13.371.474	12.526.505	5.464.516	4.893.386
Consumo Próprio	19.055	17.386	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	9.324	(70.467)
Total	13.390.529	12.543.891	5.473.840	4.822.919

	MWh (*)		R\$	
	Abr a Jun/2014	Abr a Jun/2013	Abr a Jun/2014	Abr a Jun/2013
Residencial	2.459.539	2.383.392	1.291.126	1.131.872
Industrial	1.022.283	1.018.347	383.924	336.219
Comércio, Serviços e Outros	1.483.945	1.418.035	673.958	566.356
Rural	844.996	702.258	227.378	170.555
Poder Público	224.262	217.861	96.920	82.500
Iluminação Pública	313.329	320.156	87.538	77.525
Serviço Público	288.676	305.469	92.231	79.436
Subtotal	6.637.030	6.365.518	2.853.075	2.444.463
Consumo Próprio	9.286	8.750	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	54.860	(9.580)
Total	6.646.316	6.374.268	2.907.935	2.434.883

(*) Valores em MWh informados não revisado pelos auditores independentes.

b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão.

Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

c) Receita de Construção de Infraestrutura de Distribuição

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 13 e 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

d) Outras Receitas Operacionais

	30/06/2014	30/06/2013
Serviço Taxado	4.329	5.949
Outras Prestações de Serviços	5.597	6.982
Subvenções (*)	385.268	307.129
Aluguel e Arrendamento	41.085	2.382
Glosas autorizadas pela CCEE em faturas de energia	96.465	4.940
Outras	422	480
	533.166	327.862

	Abr a Jun/2014	Abr a Jun/2013
Serviço Taxado	2.559	2.235
Outras Prestações de Serviços	2.888	2.604
Subvenções (*)	200.727	180.567
Aluguel e Arrendamento	20.925	(5.284)
Glosas autorizadas pela CCEE em faturas de energia	63.414	4.940
Outras	292	7
	290.805	185.069

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela ELETROBRAS.

e) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/06/2014	30/06/2013
Impostos sobre a Receita		
ICMS	1.235.435	1.149.450
PIS-PASEP	98.346	93.026
COFINS	452.988	428.482
ISSQN	226	129
	1.786.995	1.671.087
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	21.256	20.207
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	89.872	60.753
Quota para Conta de Consumo de Combustível-CCC	-	25.645
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	8.503	11.369
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	8.310	3.716
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	4.155	3.654
Encargos Adicionais Lei 12.111/09 (recuperação de despesas) (1)	(5.655)	8.230
	126.441	133.574
	1.913.436	1.804.661

	Abr a Jun/2014	Abr a Jun/2013
Impostos sobre a Receita		
ICMS	638.546	562.795
PIS-PASEP	52.077	45.498
COFINS	239.870	209.564
ISSQN	114	51
	930.607	817.908
Encargos do Consumidor		
Programa de Eficiência Energética-PEE	12.298	8.375
Conta de Desenvolvimento Energético-CDE	52.216	30.376
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	4.920	3.697
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	4.919	3.697
Pesquisa Expansão Sistema Energético-EPE	2.460	1.849
Encargos Adicionais Lei 12.111/09 (recuperação de despesas)	-	1
	76.813	47.995
	1.007.420	865.903

(1) Ressarcimento reconhecido pela Companhia no primeiro trimestre de 2014, conforme Ofício 782/2013 autorizado pela ANEEL, em função de recolhimento excedente.

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2014	30/06/2013
Pessoal (a)	422.119	493.153
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	97.679	37.333
Obrigações Pós-Emprego (nota 18)	76.346	59.420
Materiais	24.247	23.024
Serviços de Terceiros (b)	341.886	361.112
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.761.716	1.821.928
Amortização	210.387	213.116
Provisões Operacionais (d)	43.752	73.423
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	258.837	171.988
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	324.149	421.826
Outras Despesas Líquidas (f)	148.607	108.905
	4.709.725	3.785.228

	Abr a Jun/2014	Abr a Jun/2013
Pessoal (a)	217.968	182.296
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	58.568	(264)
Obrigações Pós-Emprego (nota 18)	38.173	29.710
Materiais	12.384	12.391
Serviços de Terceiros (b)	176.948	203.485
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.461.936	1.038.927
Amortização	106.066	105.514
Provisões Operacionais (d)	30.946	51.942
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	124.951	85.347
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição (e)	188.628	235.118
Outras Despesas Líquidas (f)	70.045	56.456
	2.485.613	2.000.922

a) Despesas com Pessoal	30/06/2014	30/06/2013
Remunerações e Encargos	369.069	354.676
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	25.337	24.318
Benefícios Assistenciais	50.143	49.886
	444.549	428.880
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(22.045)	(14.333)
Provisão (reversão de provisão) referente aos Programas de Desligamento de Empregados	(385)	78.606
	422.119	493.153

a) Despesas com Pessoal	Abr a Jun/2014	Abr a Jun/2013
Remunerações e Encargos	192.555	180.768
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	13.397	12.689
Benefícios Assistenciais	24.636	25.249
	230.588	218.706
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(12.293)	(2.995)
Provisão (reversão de provisão) referente aos Programas de Desligamento de Empregados	(327)	(33.415)
	217.968	182.296

b) Serviços de Terceiros	30/06/2014	30/06/2013
Agentes Arrecadores, Leitura de Medidores e Entrega de Contas	88.795	89.135
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	89.080	88.453
Comunicação	32.316	34.393
Conservação e Limpeza de Prédios	28.399	28.838
Gastos com Implantação do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE)	-	24.859
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	10.918	14.644
Corte e Religação	7.136	10.824
Podas de Árvores	9.857	10.774
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	9.653	8.969
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	15.926	6.368
Mão de Obra Contratada	2.383	5.962
Hospedagem e Alimentação	5.235	4.179
Vigilância	4.989	3.433
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	2.673	3.340
Manutenção e Conservação de Veículos	3.838	3.062
Reprografia e Publicações Legais	1.988	2.635
Inspeção de Unidades Consumidoras	2.197	2.032
Fretes e Passagens	1.932	1.249
Consultoria	2.745	585
Meio Ambiente	936	436
Outros	20.890	16.942
	341.886	361.112

b) Serviços de Terceiros	Abr a Jun/2014	Abr a Jun/2013
Agentes Arrecadadores, Leitura de Medidores e Entrega de Contas	43.901	46.434
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	42.890	46.040
Comunicação	15.659	24.859
Conservação e Limpeza de Prédios	14.151	18.413
Gastos com Implantação do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE)	-	14.355
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	5.299	8.414
Corte e Religação	4.528	3.786
Podas de Árvores	5.924	6.430
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	4.757	4.429
Manutenção e Conservação de Móveis e Utensílios	13.240	3.508
Mão de Obra Contratada	863	3.802
Hospedagem e Alimentação	2.843	3.047
Vigilância	2.758	1.626
Impressão de Fatura de Energia Elétrica	1.312	2.244
Manutenção e Conservação de Veículos	1.935	1.541
Reprografia e Publicações Legais	1.124	1.700
Inspeção de Unidades Consumidoras	1.151	737
Fretes e Passagens	1.198	927
Consultoria	1.377	352
Meio Ambiente	523	250
Outros	11.515	10.591
	176.948	203.485

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	30/06/2014	30/06/2013
Energia de Itaipu Binacional	402.654	477.732
Contratos por Cotas de Garantia Física	110.208	110.444
Cotas das Usinas de Angra I e II	88.814	75.039
Energia de Curto Prazo	861.547	1.864
Contratos Bilaterais	150.286	141.255
Energia adquirida em Leilão	1.292.379	1.053.596
PROINFA	131.607	127.418
Créditos de PASEP/COFINS	(275.779)	(165.420)
	2.761.716	1.821.928

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Abr a Jun/2014	Abr a Jun/2013
Energia de Itaipu Binacional	198.014	246.738
Contratos por Cotas de Garantia Física	55.984	58.006
Cotas das Usinas de Angra I e II	44.407	37.520
Energia de Curto Prazo	495.937	(14.240)
Contratos Bilaterais	74.726	77.259
Energia adquirida em Leilão	673.451	672.439
PROINFA	65.803	63.709
Créditos de PASEP/COFINS	(146.386)	(102.504)
	1.461.936	1.038.927

d) Provisões Operacionais	30/06/2014	30/06/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	47.861	33.481
Provisão para Contingências		
Trabalhistas	4.856	34.712
Cíveis	7.905	(13.874)
Tributárias	4.119	847
Ambientais	5	45
Regulatórias	(19.051)	17.030
Outras	(1.943)	1.182
	(4.109)	39.942
	43.752	73.423

d) Provisões Operacionais	Abr a Jun/2014	Abr a Jun/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20.556	12.540
Provisão para Contingências		
Trabalhistas	6.631	18.034
Cíveis	3.522	882
Tributárias	310	1.427
Ambientais	1	31
Regulatórias	377	18.307
Outras	(451)	721
	<u>10.390</u>	<u>39.402</u>
	<u>30.946</u>	<u>51.942</u>

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	30/06/2014	30/06/2013
Pessoal	24.264	16.581
Materiais	135.553	170.745
Serviços de Terceiros	137.614	202.876
Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários	23.771	22.181
Arrendamentos e Aluguéis	44	101
Impostos e Taxas	125	335
Outros	2.778	9.007
	<u>324.149</u>	<u>421.826</u>

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	Abr a Jun/2014	Abr a Jun/2013
Pessoal	13.995	3.494
Materiais	88.836	90.742
Serviços de Terceiros	74.800	117.170
Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários	9.766	16.767
Arrendamentos e Aluguéis	18	49
Impostos e Taxas	27	334
Outros	1.186	6.562
	<u>188.628</u>	<u>235.118</u>

f) Outras Despesas Líquidas	30/06/2014	30/06/2013
Arrendamentos e Aluguéis	37.726	35.820
Propaganda e Publicidade	6.679	1.859
Consumo Próprio de Energia Elétrica	7.855	6.981
Subvenções e Doações	3.570	5.333
Taxa de Fiscalização da ANEEL	8.012	10.299
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	52.813	33.285
Contribuição à CCEE	1.563	1.806
Seguros	1.000	789
Forluz – Custeio Administrativo	8.058	8.089
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	31.885	5.325
Outras (Recuperação de Despesas)	(10.554)	(681)
	<u>148.607</u>	<u>108.905</u>

f) Outras Despesas Líquidas	Abr a Jun/2014	Abr a Jun/2013
Arrendamentos e Aluguéis	18.073	18.011
Propaganda e Publicidade	6.000	1.441
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.933	3.082
Subvenções e Doações	1.791	3.624
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.112	4.900
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	27.509	17.573
Contribuição à CCEE	790	908
Seguros	506	360
Forluz – Custeio Administrativo	4.023	4.035
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	4.583	3.997
Outras (Recuperação de Despesas)	(275)	(1.475)
	<u>70.045</u>	<u>56.456</u>

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	30/06/2014	30/06/2013
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	48.591	27.482
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	79.612	85.050
Variações Cambiais	17.147	8.147
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 25)	-	1.005
Variações Monetárias	6.813	4.497
Multas Contratuais	6.045	12.479
Atualização do Ativo Financeiro	(1.327)	-
Outras	3.968	7.104
	160.849	145.764
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(191.755)	(168.363)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(42.015)	(39.009)
Variações Cambiais	(5.247)	(10.791)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(113.692)	(53.557)
Variação Monetária de P&D e PEE	(7.101)	(4.882)
Outras Variações Monetárias	(3.146)	(2.038)
Outras	(18.144)	(31.926)
	(381.100)	(310.566)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(220.251)	(164.802)

	Abr a Jun/2014	Abr a Jun/2013
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	33.572	19.952
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	41.534	48.860
Variações Cambiais	12.447	(1.853)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 25)	-	1.005
Variações Monetárias	2.492	2.674
Multas Contratuais	3.416	10.744
Atualização do Ativo Financeiro	(113.920)	-
Outras	2.792	1.082
	(17.667)	82.464
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(108.468)	(84.498)
Encargos de Variação Monetária – FORLUZ	(20.726)	(16.978)
Perdas com Instrumentos Financeiros (nota 25)	-	110
Variações Cambiais	(1.727)	(9.719)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(41.862)	(33.345)
Variação Monetária de P&D e PEE	(3.699)	(848)
Outras Variações Monetárias	(1.901)	(684)
Outras	(8.833)	(17.188)
	(187.216)	(163.150)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(204.883)	(80.686)

Todas as variações expressivas nas contas de resultado são explicadas no comentário de desempenho, neste relatório.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	113	961	-	-	(11.309)	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	-	-	-	245.127	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	4.821	9.901	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	4.637	13.002	-	-	(1.620)	-
Operações com Energia Elétrica (2)	3.114	3.102	13.077	15.815	17.660	16.924	(66.697)	(68.432)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	2.867	23.600	-	-	-	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	2.279	180	-	(11)	(2.249)	(1.748)
Cemig Capim Branco								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	305	7.642	7.996	2.753	2.605	(50.103)	(48.492)
Cemig Telecomunicações								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	318	306	-	-	1.678	-	-	-
Compartilhamento de Infraestrutura (3)	9.294	7.103	-	-	1.797	1.750	-	-
Prestação de serviço (4)	-	-	3.314	6.646	917	2.414	(4.893)	(4.101)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.692	1.818	-	-	(7.854)	-
Baguari Energia								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	463	331	-	-	(2.929)	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (5)	16.138	20.695	-	-	50.034	43.331	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	44.678	41.613	-	-	(42.015)	(39.009)
Despesa com pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(25.337)	(24.318)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(8.058)	(8.089)
Arrendamento Operacional (10)	-	-	2.217	758	-	-	(5.949)	(4.485)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	731.071	543.594	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	51.427	48.359	-	-	(49.229)	(33.015)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	731.071	709.725	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;

- (3) Compartilhamento de infraestrutura excedente da distribuição e subtransmissão, compreendendo postes da rede de distribuição, instalações prediais e outras infraestruturas entre a Cemig Distribuição e a Cemig Telecomunicações através de contrato celebrado em 2000 com duração de 15 anos. Valor recebido varia de acordo com a receita obtida pelo uso da infraestrutura pela Cemig Telecomunicações. Não há índice de reajuste;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de telecomunicação através da oferta de capacidade de rede celebrado entre a Cemig Telecomunicações e a Cemig Distribuição em 2009 e 2010 com duração de 5 anos, corrigido pelo IGP-M;
- (5) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (7) Contribuições da companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (9) Aluguel do edifício sede;
- (10) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 6, 14, 16, 18, 21 e 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da Administração são integralmente custeados pela controladora.

	30/06/2014	30/06/2013
Remuneração	4.533	4.194
Participação nos Resultados	1.288	1.911
Benefícios Pós Emprego	476	432
Benefícios Assistenciais	78	56
Total	6.375	6.593

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros da Concessão, Subvenção de Baixa Renda, Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE), Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ) e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, os Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia e Fundos Vinculados, Subvenção de Baixa Renda e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE). São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias.
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ) e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a IPCA + 5,10%, CDI + 0,65% a CDI + 0,73%, IGPM + 4,70% a IGPM + 5,10%, taxa fixa 8,5% a 10,07% a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/06/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	474.029	474.029	629.680	629.680
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	1.787.961	1.787.961	1.626.984	1.626.984
Depósitos Vinculados a Litígio	881.693	881.693	853.961	853.961
Subvenção Baixa Renda	31.403	31.403	26.886	26.886
Reembolso Subsídios Tarifários e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	558.187	558.187	174.613	174.613
Fundos Vinculados	301	301	1.772	1.772
	3.733.574	3.733.574	3.313.896	3.313.896
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão	5.435.680	5.435.680	5.063.802	5.063.802
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	68.361	68.016	30.932	30.867
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	363.956	363.956	56.718	56.718
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao Custo Amortizado				
Fornecedores	1.194.008	1.194.008	853.825	853.825
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.929.738	5.959.695	5.247.919	5.298.044
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	588.892	588.892	585.207	585.207
	7.712.638	7.742.595	6.686.951	6.737.076

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de junho de 2013, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/06/2014		31/12/2013	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	10.465	23.050	13.807	32.345
Fornecedores (Itaipu Binacional)	60.092	132.880	76.982	179.924
	70.557	155.930	90.789	212.269
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	1.649	4.971	1.974	6.384
Passivo Líquido Exposto		160.901		218.653

Análise de Sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2015 será uma valorização de 13,51% para o dólar (R\$2,50) e uma valorização de 3,65% para o Euro (R\$3,125). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/06/2014	Cenário	Cenário Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	23.050	26.163	32.704	39.245
Fornecedores (Itaipu Binacional)	132.880	150.829	188.536	226.244
	155.930	176.992	221.240	265.489
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	4.971	5.152	6.440	7.729
Passivo Líquido Exposto	160.901	182.144	227.680	273.218
Efeito Líquido da Variação Cambial		21.243	66.779	112.317

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2014. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig Distribuição às Taxas de Juros Nacionais	30/06/2014	31/12/2013
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	474.029	629.680
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	432.317	87.650
Fundos Vinculados	301	1.772
	<u>906.647</u>	<u>719.102</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos - CDI (nota 16)	(3.063.366)	(1.983.570)
	<u>(3.063.366)</u>	<u>(1.983.570)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.156.719)</u>	<u>(1.264.468)</u>

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2015, a taxa SELIC será de 12%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50% , respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/06/2014	30 de junho de 2015		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 12%	Cenário SELIC 15%	Cenário SELIC 18%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 4)	474.029	530.912	545.133	559.354
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	432.317	484.195	497.165	510.134
Fundos Vinculados	301	337	346	355
	<u>906.647</u>	<u>1.015.444</u>	<u>1.042.644</u>	<u>1.069.843</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 16)	(3.063.366)	(3.430.970)	(3.522.871)	(3.614.772)
	<u>(3.063.366)</u>	<u>(3.430.970)</u>	<u>(3.522.871)</u>	<u>(3.614.772)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(2.156.719)</u>	<u>(2.415.526)</u>	<u>(2.480.227)</u>	<u>(2.544.929)</u>
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		<u>(258.807)</u>	<u>(323.508)</u>	<u>(388.210)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia tem ativos indexados à inflação em montantes superiores às obrigações em 30 de junho de 2014, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/06/2014	31/12/2013
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 12)	5.435.680	5.063.802
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.538.248)	(2.460.652)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 16)	-	(424.172)
	(2.538.248)	(2.884.824)
Ativo Líquido Exposto	2.897.432	2.178.978

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2015, a taxa IPCA será de 5,97% e o IGP-M de 3,26%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	30/06/2014	30 de junho de 2015		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 5,97% IGP-M 3,26	Cenário IPCA 7,46% IGP-M 4,08	Cenário IPCA 8,96% IGP-M 4,89%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 12)	5.435.680	5.612.883	5.657.456	5.701.485
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 16)	(2.538.248)	(2.689.781)	(2.727.601)	(2.765.675)
Ativo Líquido Exposto	2.897.432	2.923.102	2.929.855	2.935.810
Efeito Líquido da Variação do IPCA		25.670	32.423	38.378

Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, já incluindo os juros a serem incorridos futuramente, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à Taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	16.370	132.612	2.163.758	3.468.074	2.889.939	8.670.753
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	12.974	19.568	53.927	367.360	568.882	1.022.711
	29.344	152.180	2.217.685	3.835.434	3.458.821	9.693.464
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.194.008	-	-	-	-	1.194.008
	1.223.352	152.180	2.217.685	3.835.434	3.458.821	10.887.472

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também, são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa constituída em 30 de junho de 2015, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$552.905.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig D administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig D divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6,0% e 9,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Não há	Entre 5,0% e 8,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Não há	Entre 0,0% e 7,0%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

A Companhia possuía, em 30 de junho de 2013, instrumentos derivativos contratados com o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não eram utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram um ganho em 30 de junho de 2013 no montante de R\$1.005, registrado no resultado financeiro. As operações com derivativos foram liquidadas no decurso de 2013, portanto a Companhia não possui, em 30 de junho de 2014 nenhuma operação desta natureza em aberto.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/06/2014	31/12/2013
Total do Passivo	10.804.932	10.005.078
Caixa e Equivalentes de Caixa	(535.070)	(685.969)
Fundos Vinculados	(301)	(1.772)
Passivo Líquido	10.269.561	9.317.337
Total do Patrimônio Líquido	2.425.963	2.492.858
Capital Ajustado	2.425.963	2.492.858
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	4,23	3,74

26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 30/06/2014	Valor justo em 30 de junho de 2014		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	119.926	-	119.926	-
Letras Financeiras – Bancos	133.755	-	133.755	-
Letras Financeiras do Tesouro	44.115	44.115	-	-
Debêntures	58.876	-	58.876	-
Outros	7.284	-	7.283	-
	363.956	44.115	319.840	-
Fundos Vinculados	301	-	301	-
Ativos Financeiros da Concessão	5.435.680	-	-	5.435.680
	5.799.937	44.115	320.141	5.435.680

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

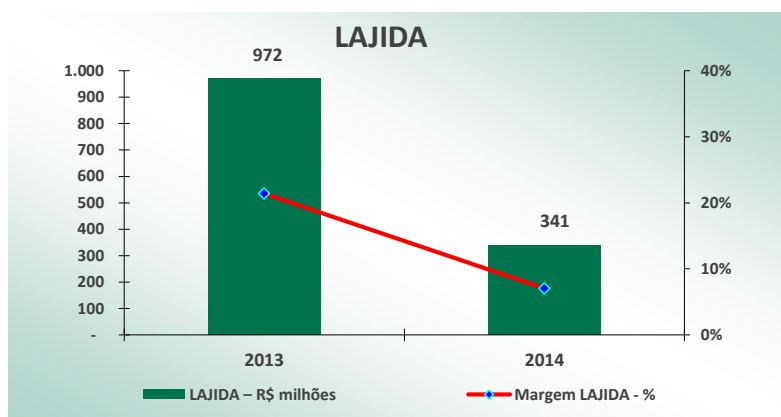
Resultado do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no primeiro semestre de 2014, um Prejuízo de R\$66.895 em comparação ao Lucro Líquido de R\$392.180, no primeiro semestre de 2013. Este resultado deve-se, basicamente, ao aumento de 50,79% da Energia Comprada para Revenda em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüentemente aumento do preço da energia no mercado atacadista. Deve ser destacado que a maior parte desse custo adicional não está incluído nas tarifas vigentes e serão ressarcidos à Companhia no próximo reajuste tarifário.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou uma redução de 64,94% no primeiro semestre de 2014 em comparação com o mesmo período de 2013:

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2014	30/06/2013	Var. %
Resultado do Período	(66.895)	392.180	(117,06)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	(22.892)	202.097	(111,33)
+ Resultado Financeiro Líquido	220.251	164.802	33,65
+ Amortização	210.387	213.116	(1,28)
= LAJIDA	340.851	972.195	(64,94)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA no primeiro semestre de 2014, em comparação ao primeiro semestre de 2013, deve-se, basicamente, ao aumento de 25,96% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com amortização). Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 21,40%, no primeiro semestre de 2013 para 7,04% no primeiro semestre de 2014.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$5.473.840, no primeiro semestre de 2014, em comparação a R\$4.822.919, no primeiro semestre de 2013, representando um aumento de 13,50%. Os principais impactos na Receita, no primeiro semestre de 2014, decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 6,75% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013 (efeito integral em 2014);
- reajuste tarifário anual, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	30/06/2014	30/06/2013	Var %
Residencial	5.027.320	4.695.961	7,06
Industrial	2.003.123	1.970.290	1,67
Comércio, Serviços e Outros	3.056.427	2.859.289	6,89
Rural	1.588.699	1.335.075	19,00
Poder Público	444.934	426.126	4,41
Iluminação Pública	643.068	629.969	2,08
Serviço Público	607.903	609.795	(0,31)
Total	13.371.474	12.526.505	6,75

O mercado cativo residencial, comercial e rural apresentam, no primeiro semestre de 2014, patamares mais elevados de consumo, decorrentes, principalmente, dos seguintes fatores:

- crescimento de 7,06% para a classe residencial principalmente pela incorporação de 232.722 consumidores, com expansão de 3,8% da base de faturamento da classe, com volume de ligações maior que a série histórica; condições climáticas, cujas temperaturas no início do ano de 2014 foram mais elevadas que as observadas em 2013 e aumento de 3,3% no consumo médio mensal por consumidor, atingindo 132,8 kWh/mês que é o maior valor desde o 1º semestre de 2002.
- crescimento de 6,89% para a classe comercial principalmente pela ligação de 16.255 consumidores, com incremento de 2,3% na base de faturamento da classe; condições climáticas, com temperaturas mais elevadas que as do 1º semestre de 2013 e aumento de 4,2% no consumo médio mensal por consumidor.
- crescimento de 19,00% para a classe rural principalmente pela conjugação de fatores climáticos: nível de precipitação pluviométrica no início do ano de 2014 abaixo da média histórica esperada para o período do ano e ocorrência de temperaturas mais elevadas no 1º semestre de 2014, com consequente aumento consumo de irrigação.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No primeiro semestre de 2014, a receita foi de R\$422.470 comparada a R\$591.923 do mesmo período de 2013, o que representou uma redução de 28,63%. Essa variação decorre, basicamente, de: (a) desaquecimento das atividades do setor industrial no período cujo impacto foi uma redução de 5,69% no volume de energia transportada; (b) impacto tarifário nos consumidores livres a partir de 08 de abril de 2013 com redução de 33,22% e novo impacto percebido no reajuste de 08 de abril de 2014 com aumento de 8,79%.

Transações com Energia na CCEE

Esta receita está associada à exposição líquida positiva da Cemig Distribuição no mercado de curto prazo ocorrida no primeiro semestre de 2013 cuja receita reconhecida foi de R\$184.438. Este resultado decorreu dos despachos das usinas térmicas pelo regulador, para garantia de suprimento de energia elétrica ao mercado nacional no semestre trimestre de 2013, o que ocasionou um excedente de energia advinda dos contratos por disponibilidade que foram liquidados no mercado de curto prazo, adicionado ao maior Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) no período. Em 2014 a Companhia não teve excedente de energia para liquidação na CCEE.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$324.149, no primeiro semestre de 2014, comparados a R\$421.826, do mesmo período de 2013, uma redução de 23,16%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 62,62% nos períodos comparados (R\$533.166 no primeiro semestre de 2014, em comparação a R\$327.862 no mesmo período de 2013) decorrente, principalmente, dos fatores abaixo:

- aumento de R\$78.139 na receita de subvenções destinadas a subsídios aos consumidores de baixa renda e para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);
- glosas autorizadas pela CCEE, nas faturas de energia elétrica comprada proveniente de usinas termelétricas, decorrentes de geração inferior ao determinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ocorridas no primeiro semestre de 2014 no montante de R\$96.465 comparados a R\$4.940 no primeiro semestre de 2013.
- Aumento de R\$38.703 na receita de aluguéis e arrendamentos em função de reajustes contratuais e assinaturas de novos contratos.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no primeiro semestre de 2014 foram de R\$1.913.436, comparados a R\$1.804.661 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 6,03%. Este resultado decorre, principalmente, da evolução do faturamento da Companhia neste ano, com a incidência dos impostos sobre a receita.

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC). No primeiro semestre de 2013 os encargos referentes à CCC foram de R\$25.645, referente a janeiro de 2013.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$89.872, no primeiro semestre de 2014, comparados a R\$60.753, do primeiro semestre de 2013, representando aumento de 47,93%.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos Adicionais Lei 12.111/09

No primeiro semestre de 2014, a Companhia reconheceu uma redução de despesa no valor de R\$5.655, a título de ressarcimento autorizado pela ANEEL através do Ofício 782/2013. Esse ressarcimento se deu em função de montantes do adicional de 30% de que trata a lei 12.111/2009 recolhidos indevidamente no período de janeiro a março de 2013. No primeiro semestre de 2013, o valor registrado nessa rubrica é uma despesa de R\$8.230.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$4.709.725 no primeiro semestre de 2014, comparados a R\$3.785.228 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 24,42%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.761.716 no primeiro semestre de 2014 comparada a uma despesa de R\$1.821.928 em 2013, representando um aumento de 51,58%.

Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Exposição involuntária em 2014 da Companhia ao mercado de curto prazo de energia aliado ao aumento do preço da energia no mercado atacadista em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Dessa forma, a Companhia teve uma despesa de R\$861.547 em 2014 na comparação com R\$1.864 em 2013;
- aumento de 22,66% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$1.292.379 no primeiro semestre de 2014, comparados a R\$1.053.596 no mesmo período de 2013, decorrente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- redução de 15,72% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$402.654 no primeiro semestre de 2014, comparados a R\$477.732 no mesmo período de 2013, em decorrência, dentre outros fatores, da redução de 28,77% na quantidade de energia comprada sendo 3.097.989 MWh em 2014 comparados a 4.349.343 MWh em 2013. O efeito desta redução na quantidade foi parcialmente compensado pela valorização do Dólar frente ao Real no primeiro semestre de 2014 comparado ao mesmo período do ano anterior. O Dólar médio relativo às faturas no primeiro semestre de 2014 foi de R\$2,277, em comparação a R\$2,038 do mesmo período de 2013, o que representou uma variação de 11,73%.

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$258.837 no primeiro semestre de 2014, comparados a R\$171.988 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 50,50%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$422.119 no primeiro semestre de 2014, comparados a R\$493.153 no mesmo período de 2013, representando uma redução de 14,40%. Esta redução decorre, principalmente, do fato de que em 2014 a despesa não foi impactada pelo Programa Incentivo ao Desligamento (PID), registrada em 2013, e da maior transferência de recursos para obras em andamento (R\$22.045 no primeiro semestre de 2014 comparados a R\$14.333 no mesmo período de 2013). No primeiro semestre de 2013, a despesa provisionada relativa ao PID foi de R\$78.606. As reduções mencionadas foram parcialmente compensadas pelo reajuste salarial de 6,85% a partir de novembro de 2013.

Mais informações na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$324.149, no primeiro semestre de 2014, comparados a R\$421.826, do mesmo período de 2013, uma redução de 23,16%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Despesas Operacionais Líquidas

As outras Despesas Operacionais somaram um valor de R\$148.607 no primeiro semestre de 2014, comparados a R\$108.905 no mesmo período de 2013, o que representou um aumento de 36,46%. Esta variação decorre, principalmente, do PASEP e da COFINS incidentes sobre os repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que não foram incorporados à tarifa em 2014, bem como, glosas autorizadas pela CCEE e aumento na receita com alugueis e arrendamentos. O impacto nas outras despesas correspondente ao PASEP e a COFINS incidentes sobre tais receitas foi de R\$48.361 no primeiro semestre de 2014 comparados a R\$29.087 no mesmo período do ano anterior, um aumento de R\$19.274. Também contribuiu para a variação das outras despesas operacionais, o prejuízo na desativação de bens que foi de R\$31.885 no primeiro semestre de 2014 comparados a R\$5.325 no mesmo período de 2013.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no primeiro semestre de 2014, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$220.251, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$164.802 no mesmo período de 2013, um aumento de 33,65%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 76,81% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$48.591 no primeiro semestre de 2014, comparados a R\$27.482 do mesmo período de 2013, decorrente do maior volume de recursos aplicados em 2014;
- aumento de 13,89% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, R\$191.755 no primeiro semestre de 2014 comparados a R\$168.363 do mesmo período de 2013. Este resultado decorre substancialmente da captação de R\$1.210.000, em abril de 2014, indexado ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 4,97% no primeiro semestre de 2014 em comparação a 3,46% no primeiro semestre de 2013.
- aumento de 112,28% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, R\$113.692 no primeiro semestre de 2014 comparados a R\$53.557 do mesmo período de 2013. Este resultado decorre do maior saldo médio no primeiro semestre de 2014 de empréstimos vinculados à inflação na comparação com o mesmo período de 2013 e, em menor parte, da maior variação do IPCA no período (3,75% no primeiro semestre de 2014 em comparação a 3,15% no primeiro semestre de 2013).

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no primeiro semestre de 2014, créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$22.892 em relação ao Resultado Antes dos Impostos, devedor, de R\$89.787, representando um percentual de 25,50%. No primeiro semestre de 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$202.097 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$594.277, representando um percentual de 34,01%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2014 E 2013

	Segundo Trim/2014	Segundo Trim/2013	Var. %
RECEITA	2.597.249	2.286.445	13,59
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(217.968)	(182.296)	19,57
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(58.568)	264	(22.284,85)
Obrigações Pós-emprego	(38.173)	(29.710)	28,49
Materiais	(12.384)	(12.391)	(0,06)
Serviços de Terceiros	(176.948)	(203.485)	(13,04)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.461.936)	(1.038.927)	40,72
Amortização	(106.066)	(105.514)	0,52
Provisões Operacionais	(30.946)	(51.942)	(40,42)
Custo de Construção de Infraestrutura de Distribuição	(188.628)	(235.118)	(19,77)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(124.951)	(85.347)	46,40
Outras Despesas Líquidas	(70.045)	(56.456)	24,07
	(2.486.613)	(2.000.922)	24,27
Resultado antes do Resultado Financeiro	110.636	285.523	(61,25)
Receitas Financeiras	(17.667)	82.464	(121,42)
Despesas Financeiras	(187.216)	(163.150)	14,75
Resultado antes dos Impostos	(94.247)	204.837	(146,01)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(53.737)	(81.901)	(34,39)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	82.869	15.166	446,41
Resultado do Período	(65.115)	138.102	(147,15)

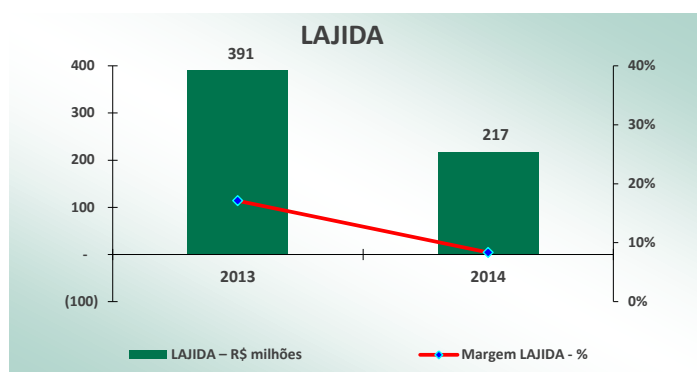
Resultado do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no segundo trimestre de 2014, um Prejuízo Líquido de R\$65.115, em comparação ao Lucro Líquido de R\$138.102, no segundo trimestre de 2013. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou uma redução de 44,58% no segundo trimestre de 2014 na comparação com o mesmo período de 2013:

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/2014	Segundo Trim/2013	Var. %
Resultado do Período	(65.115)	138.102	(147,15)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	(29.132)	66.735	(143,65)
+ Resultado Financeiro Líquido	204.883	80.686	153,93
+ Amortização	106.066	105.514	0,52
= LAJIDA	<u>216.702</u>	<u>391.037</u>	<u>(44,58)</u>



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA no segundo trimestre de 2014, em comparação ao segundo trimestre de 2013, deve-se, principalmente, ao aumento de 25,60% nos custos e despesas operacionais, excluídos os efeitos da despesa com amortização. Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 17,10%, no segundo trimestre de 2013, para menos 8,34%, no segundo trimestre de 2014.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$2.907.935, no segundo trimestre de 2014, em comparação a R\$2.434.883, no segundo trimestre de 2013, representando um aumento de 19,43%. Os principais impactos na Receita, no segundo trimestre de 2014, decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 4,27% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;

- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013(efeito integral em 2014);
- reajuste tarifário anual, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	Segundo Trim/2014	Segundo Trim/2013	Var %
Residencial	2.459.539	2.383.392	3,19
Industrial	1.022.283	1.018.347	0,39
Comércio, Serviços e Outros	1.483.945	1.418.035	4,65
Rural	844.996	702.258	20,33
Poder Público	224.262	217.861	2,94
Iluminação Pública	313.329	320.156	(2,13)
Serviço Público	288.676	305.469	(5,50)
Total	6.637.030	6.365.518	4,27

O mercado cativo residencial e comercial representam, aproximadamente, 59,42% do mercado cativo total, e apresentaram um aumento no volume de energia faturada de 3,19% e 4,65%, respectivamente, em decorrência, principalmente, do aumento na quantidade de consumidores, que cresceu 3,8% e 2,3% nessa ordem.

O crescimento de 20,33% no mercado cativo rural, deve-se principalmente à expressiva demanda de energia para irrigação, em função de condições climáticas atípicas para o período úmido, com baixos níveis de precipitação no período analisado.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) cobrada dos consumidores livres pelo uso da rede de distribuição, além dos encargos setoriais e de transmissão. No segundo trimestre de 2014, a receita correspondeu a um total de R\$217.301, que comparada a R\$229.859 do mesmo período de 2013 representa uma redução de 5,46%. Essa variação decorre, basicamente, da redução do mercado em cerca de 7,85% (associada ao desaquecimento das atividades do setor industrial no período), que foi, em parte, contrabalanceada pelo aumento da tarifa dos consumidores livres a partir de 08 de abril de 2014.

Receita de Construção

As Receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$188.628, no segundo trimestre de 2014, comparados a R\$235.118, do mesmo período de 2013, uma redução de 19,77%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 57,13% nos trimestres comparados (R\$290.805 no segundo trimestre de 2014, em comparação a R\$185.069 no mesmo período de 2013). Esta variação foi ocasionada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- aumento de R\$20.160 na receita de subvenções destinadas a subsídios aos consumidores de baixa renda e para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD);
- glosas autorizadas pela CCEE, nas faturas de energia elétrica comprada proveniente de usinas termelétricas, decorrentes de geração inferior ao determinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ocorridas no segundo trimestre de 2014 no montante de R\$63.414 comparados a R\$4.940 no segundo trimestre de 2013;
- Aumento de R\$15.640 na receita de aluguéis e arrendamentos em função de reajustes contratuais e assinaturas de novos contratos.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no segundo trimestre de 2014 foram de R\$1.007.420, comparados a R\$865.903, do segundo trimestre de 2013, representando um aumento de 16,34%.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$52.216, no segundo trimestre de 2014, comparados a R\$30.376, do segundo trimestre de 2013, representando um aumento de 71,90%. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$2.486.613, no segundo trimestre de 2014, comparados a R\$2.000.922, do segundo trimestre de 2013, representando um aumento de 24,27%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.461.936 no segundo trimestre de 2014, comparada a R\$1.038.927 no segundo trimestre de 2013, um aumento de 40,72%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- Exposição involuntária em 2014 da Companhia ao mercado de curto prazo de energia aliado ao aumento do preço da energia no mercado atacadista em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Dessa forma, a Companhia teve uma despesa de R\$495.937 no segundo trimestre de 2014 na comparação com uma recuperação de despesa de R\$14.240 no segundo trimestre de 2013;
- redução de 19,75% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$198.014 no segundo trimestre de 2014, comparados a R\$246.738 no mesmo período de 2013, em decorrência, dentre outros fatores, da redução de 29,64% na quantidade de energia comprada sendo 1.556.946 MWh em 2014 comparados a 2.212.830 MWh em 2013. O efeito desta redução na quantidade foi parcialmente compensado pela valorização do Dólar frente ao Real no segundo trimestre de 2014 comparado ao mesmo período do ano anterior. O Dólar médio relativo às faturas no segundo trimestre de 2014 foi de R\$2,214, em comparação a R\$2,082 do mesmo período de 2013, o que representou uma variação de 6,34%;

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$124.951 no segundo trimestre de 2014, comparados a R\$85.347 no segundo trimestre de 2013, representando um aumento de 46,40%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 21 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$217.968 no segundo trimestre de 2014, comparados a R\$182.296 no mesmo período de 2013, representando um aumento de 19,57%. Este aumento decorre, principalmente, do fato de que no segundo trimestre de 2013 foi feito um ajuste na provisão referentes aos gastos estimados com o Programa Incentivo ao Desligamento (PID), com um ajuste credor de R\$33.515 naquele período. Excluindo-se esse efeito, verifica-se que a variação na despesa ocorreu basicamente em função do reajuste salarial de 6,85% a partir de novembro de 2013.

Mais informações na Nota Explicativa nº 22 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$188.628, no segundo trimestre de 2014, comparados a R\$235.118, do mesmo período de 2013, uma redução de 19,77%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi uma despesas no montante de R\$58.568 no segundo trimestre de 2014, comparados a uma reversão de R\$264 no mesmo período de 2013. Esta variação decorre da expectativa de pagamento de PLR em 2014 pela Administração.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram uma despesa de R\$30.946, no segundo trimestre de 2014, comparados a uma despesa de R\$51.942 do mesmo período de 2013. Esta variação decorre, principalmente, da reversão de provisões, no montante de R\$19.560, decorrente de extinção de ação regulatória no segundo trimestre de 2014, relativa a processos administrativos com questionamento de violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica.

Outras Despesas Operacionais Líquidas

As outras Despesas Operacionais somaram, em conjunto, um valor de R\$70.045 no segundo trimestre de 2014, comparados a R\$56.456 no mesmo período de 2013, o que representou um aumento de 24,07%. Esta variação decorre, principalmente, do PASEP e da COFINS incidentes sobre os repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que não foram incorporados à tarifa, bem como, glosas autorizadas pela CCEE e aumento na receita com alugueis e arrendamentos. O impacto nas outras despesas correspondente ao PASEP e a COFINS incidentes sobre tais receitas foi de R\$26.369 no primeiro semestre de 2014 comparados a R\$17.648 no mesmo período do ano anterior, um aumento de R\$8.720.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no segundo trimestre de 2014, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$204.883, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$80.686 no mesmo período de 2013, um aumento de 153.93%. A variação no resultado financeiro decorre, principalmente, da reversão da atualização financeira da BRR no montante de R\$110.398, reconhecida em 30 de junho de 2014. Vide mais informações na Nota Explicativa Nº 12.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no segundo trimestre de 2014, créditos com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$29.132 em relação ao Prejuízo Antes dos Impostos de R\$94.247, representando um percentual de 30,91%. No segundo trimestre de 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$66.735 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$204.837, representando um percentual de 32,58%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

A Companhia possui ativos e passivos para fins regulatórios, não registrados em suas Demonstrações Contábeis, conforme segue:

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores já incluídos nos reajustes tarifários	Valores a serem repassados no próximo reajuste tarifário	30/06/2014	31/12/2013
Ativo	1.156.229	969.139	2.125.368	1.307.970
Passivo	(850.518)	(511.386)	(1.361.904)	(963.869)
	305.711	457.753	763.464	344.101

	30/06/2014	31/12/2013
Ativos		
Despesas Antecipadas – CVA (1)	2.030.109	1.257.729
Redução Tarifa uso Sistema Transmissão e Distribuição	-	26.096
Descontos concedidos a Irrigantes	-	4.913
Outros Ativos Regulatórios	95.259	19.232
	2.125.368	1.307.970
Tributos	(296.530)	(128.556)
	1.828.838	1.179.414
Passivos		
Passivos Regulatórios – CVA (1)	(1.358.144)	(950.346)
Outros Passivos Regulatórios	(3.760)	(13.523)
	(1.361.904)	(963.869)
	466.934	215.545

(1) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA);

As principais características dos ativos e passivos regulatórios são:

Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e Neutralidade dos Encargos Setoriais

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e da Neutralidade dos Encargos Setoriais referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos, efetivamente, ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Outros Componentes Financeiros

Referem-se às demais variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis, não definidos como CVA, e os pagamentos, efetivamente ocorridos, compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os efeitos líquidos dos ativos e passivos regulatórios nos resultados da Companhia, caso estivessem reconhecidos, seriam:

	30/06/2014	30/06/2013
Resultado do Exercício	(66.895)	392.180
Resultado Operacional dos Ativos e Passivos Regulatórios	374.963	(209.929)
Resultado Financeiro sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	5.928	31.463
IR/CS sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	(129.503)	60.679
Resultado do Exercício considerando ativos e passivos regulatórios	184.493	274.393

	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13
Resultado do Exercício	(65.115)	138.102
Resultado Operacional dos Ativos e Passivos Regulatórios	236.329	105.110
Resultado Financeiro sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	610	16.633
IR/CS sobre os Ativos e Passivos Regulatórios	(80.559)	(41.392)
Resultado do Exercício considerando ativos e passivos regulatórios	91.265	218.453

LAJIDA REGULATÓRIO	30/06/2014	30/06/2013	Var %
Resultado do Exercício considerando ativos e passivos regulatórios	184.493	274.393	(32,76)
+ Despesa de IR e Contribuição Social sobre ativos e passivos regulatórios	106.611	141.418	(24,61)
+ Resultado Financeiro	214.323	133.339	60,73
+ Amortização	210.387	213.116	(1,28)
= LAJIDA	715.814	762.266	(6,09)

LAJIDA REGULATÓRIO	Abr a Jun/14	Abr a Jun/13	Var %
Resultado do Exercício considerando ativos e passivos regulatórios	91.265	218.453	(58,22)
+ Despesa de IR e Contribuição Social sobre ativos e passivos regulatórios	51.427	108.127	(52,44)
+ Resultado Financeiro	204.273	64.053	218,91
+ Amortização	106.066	105.514	0,52
= LAJIDA	453.031	496.147	(8,69)

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board-IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Repasses de Recursos de Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 às informações contábeis intermediárias, a Companhia contabilizou no período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2014, como redução do custo de energia comprada para revenda, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG